



ISSN 2237-9460

DOI: 10.24065/re.v15i1.2890

PROFESSOR READAPTADO: uma revisão integrativa sobre saúde mental, identidade e perspectivas na carreira

Gilzelia Cristina Pereira de Mendonça¹

Tereza Glaucia Rocha Matos²

RESUMO

Este estudo apresenta uma revisão integrativa que aborda as implicações na saúde mental, na identidade profissional e nas perspectivas de carreira de professores readaptados da educação básica. O objetivo central consiste em investigar os fatores psicossociais que levam à readaptação funcional de docentes, bem como as consequências de seu reingresso no ambiente escolar. Para a construção do corpus teórico, foram realizadas buscas nas bases de dados da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Foram selecionados quinze artigos publicados em português e inglês, no período de 2017 a 2025, com recorte temporal que antecede a promulgação da Lei Complementar n.º 0319/2021, a qual institui o cargo de professor readaptado na rede pública municipal de Fortaleza. Os estudos analisados, em sua maioria de abordagem qualitativa, apresentam fundamentação teórica na Psicodinâmica do Trabalho. Dentre os principais fatores psicossociais de risco identificados, destacam-se a precarização das condições laborais, os modelos de gestão autoritários e a desvalorização da categoria docente. O crescimento significativo de professores readaptados é representado pelos dados da rede pública municipal de Fortaleza. Os resultados evidenciam a utilização dos diversos mecanismos de enfrentamento para lidar com os danos psíquicos associados ao retorno ao ambiente laboral. Conclui-se que a melhoria das condições de trabalho e a formulação de políticas públicas voltadas à promoção da saúde docente constituem elementos fundamentais para a redução dos índices de afastamentos e de readaptação no magistério.

Palavras-chave: Saúde mental. Readaptação funcional. Identidade docente.

READAPTED TEACHER: an integrative review mental health, identity and career prospects

ABSTRACT

This study presents an integrative review addressing the implications for mental health, professional identity, and career prospects of reassigned teachers in basic education. The main objective is to investigate the psychosocial factors that lead to the functional reassignment of teachers, as well as the consequences of their reintegration into the school environment. To construct the theoretical corpus, searches were conducted in the databases of the Virtual Health Library (VHL), Scientific Electronic Library Online

¹ Mestre em Políticas Públicas pela Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, Ceará, Brasil. Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0002-9636-5789> E-mail: gilzeliacristina@gmail.com

² Doutora em Psicologia. Professora da Universidade de Fortaleza, Fortaleza, Ceará, Brasil. Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0003-0557-5340> E-mail: terezamatatos@unifor.br



(SciELO), and the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (CAPES) Portal. Fifteen articles published in Portuguese and English between 2017 and 2025 were selected, representing a time frame prior to the enactment of Complementary Law No. 0319/2021, which created the position of reassigned teacher in the municipal public education system of Fortaleza. Most of the studies analyzed adopt a qualitative approach and are theoretically grounded in the Psychodynamics of Work. Among the main psychosocial risk factors identified are the precariousness of working conditions, authoritarian management models, and the devaluation of the teaching profession. The significant increase in reassigned teachers is reflected in data from Fortaleza's municipal public school system. The findings reveal the use of various coping mechanisms by teachers to deal with the psychological harm associated with returning to the work environment. It is concluded that improving working conditions and formulating public policies aimed at promoting teacher health are essential to reducing rates of medical leave and functional reassignment in the teaching profession.

Keywords: Mental health. Teaching identity. Functional readaptation.

DOCENTE REAJUSTADO: una revisión integrativa sobre salud mental, identidad y perspectivas de carrera

2

RESUMEN

Este estudio presenta una revisión integradora que aborda las implicaciones en la salud mental, la identidad profesional y las perspectivas de carrera de los docentes readaptados de la educación básica. El objetivo central es investigar los factores psicosociales que conducen a la readaptación funcional de los docentes, así como las consecuencias de su reincorporación al entorno escolar. Para la construcción del corpus teórico, se realizaron búsquedas en las bases de datos de la Biblioteca Virtual en Salud (BVS), Scientific Electronic Library Online (SciELO) y el Portal de la Coordinación de Perfeccionamiento del Personal de Nivel Superior (CAPES). Se seleccionaron quince artículos publicados en portugués e inglés, en el período comprendido entre 2017 y 2025, intervalo temporal que antecede a la promulgación de la Ley Complementaria n.º 0319/2021, la cual instituye el cargo de docente readaptado en la red pública municipal de Fortaleza. La mayoría de los estudios analizados adopta un enfoque cualitativo y presenta una fundamentación teórica basada en la Psicodinámica del Trabajo. Entre los principales factores de riesgo psicosocial identificados se destacan la precarización de las condiciones laborales, los modelos de gestión autoritarios y la desvalorización de la categoría docente. El crecimiento significativo del número de docentes readaptados se refleja en los datos de la red pública municipal de Fortaleza. Los resultados evidencian el uso de diversos mecanismos de afrontamiento por parte de los docentes para enfrentar los daños psíquicos asociados al retorno al entorno laboral. Se concluye que la mejora de las condiciones de trabajo y la formulación de políticas públicas orientadas a la promoción de la salud docente constituyen elementos fundamentales para reducir los índices de licencias y de readaptación en el magisterio.

Palabras clave: Salud mental. Identidade docente. Readaptatión funcional.

INTRODUÇÃO

A sociedade contemporânea tem atravessado mudanças significativas no âmbito do trabalho e da vida social. A categoria de professores readaptados é composta por profissionais que, devido a adoecimento físico e/ou psíquico, foram realocados de suas funções originais por meio de um dispositivo legal que assegura seus direitos previdenciários e estatutários. Com base nos estudos de Amaral (2020), Amaral et al. (2019), Carlotto (2019), Facci et al. (2019) e Feltrin et al. (2020), o processo de readaptação profissional pode ser compreendido como decorrente de doenças ocupacionais desenvolvidas ao longo da trajetória laboral, frequentemente associadas a fatores de risco psicossociais, os quais se intensificaram com a implementação das políticas neoliberais no Brasil a partir da década de 1990.

O neoliberalismo reestrutura o capitalismo, propõe novas formas de trabalhar, ressignifica as relações laborais e intensifica a acumulação flexível, a precarização, a desregulamentação, a fragmentação e a perda de direitos. O trabalhador torna-se refém da adaptação à lógica do capital para se manter no mercado (Cunha et al., 2021).

3

Sob a ótica do capital, o trabalho é a categoria que define o lugar social e a identidade do ser humano. A sua centralidade persiste na pós-modernidade, sendo um processo ontológico e histórico da “classe-que-vive-do-trabalho” (Antunes, 1996, p. 281), ainda que o seu sentido esteja a serviço da dominação e do controle social. A centralidade do trabalho e dos trabalhadores é defendida como categoria social em que, “o trabalho é em si e por si, uma atividade vital” (Antunes, 2009, p.12) mesmo diante de um cenário em constantes transições, resultantes da revolução tecnológica, da flexibilização, precarização e subproletarização.

As mudanças macroeconômicas e sociais afetaram a política educacional a partir da reforma de 1990, com a descentralização administrativa, financeira e pedagógica das escolas públicas, sob o discurso da gestão democrática e participativa para justificar a implantação da política de avaliação de larga escala (Cunha et al., 2021). O sistema público de ensino passou a adotar uma gestão gerencialista, adaptada aos ideais



neoliberais, que incentivam a concorrência, a desconfiança, o medo e o individualismo.

Essa dinâmica opera com metas, planejamento estratégico, monitoramento e pressão por resultados. A precarização nas condições de trabalho e a desvalorização do magistério, associada ao nível de exigências para atender aos parâmetros educacionais, contribuem, significativamente, para o mal-estar docente, promovendo sofrimentos e adoecimentos, atravessados por fatores psicossociais (Cunha et al., 2021). Isso gerou afastamentos, readaptações e aposentadorias precoces por invalidez, conforme determina a Lei n.º 8.112/1990³, Artigo 24 1º § (Brasil, 1990).

O trabalho envolve a capacidade de pensar, sentir e criar, ele não se restringe à sobrevivência e à produção, mas também a uma oportunidade de convivência (Dejours, 2004; 2011). A abordagem teórica predominante nos estudos foi a Psicodinâmica do Trabalho (PDT), criada por Christophe Dejours em 1980, que explora a relação entre o trabalhador e a organização de trabalho. Dessa forma, ressalta que o trabalho tanto pode ser fonte de prazer quanto de sofrimento, a depender do estilo de gestão adotado pela organização.

A PDT aborda que o distanciamento entre o trabalho prescrito (o que é planejado e exigido) e o trabalho real (o que é de fato realizado) pode desestabilizar o trabalhador frente às imprevisibilidades impostas pela realidade, confrontos que lhe provocam angústias pelo medo de errar e falhar (Dejours, 1992). O fracasso assusta e impressiona o trabalhador, que precisa mobilizar sua inteligência prática e subjetividade para dar conta do real, quando a organização de trabalho lhe permite uma margem de liberdade e autonomia (Dejours, 1999 apud Silva; Piolli, p.54, 2017).

Os estudos de Carlotto et al. (2019) identificam os fatores psicossociais, estruturados em três classes: organizacionais (condições precárias de trabalho, estilos de gestão, monitoramento, violência escolar, sobrecarga de trabalho e pressão por resultados); sociais (falta de engajamento familiar e

³ BRASIL. **Lei n. 8.112, de dezembro de 1990.** Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Brasília, 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/. Acesso em: 10 nov. 2024.



desvalorização da profissão docente); e individuais (fragilidades na formação docente). A Organização Internacional do Trabalho (OIT) define os fatores psicossociais como a inter-relação entre as condições de trabalho, o conteúdo, as relações socioprofissionais e as disposições físicas e psíquicas dos trabalhadores para responderem às exigências do mundo do trabalho.

Estudar os fatores de risco psicossociais no trabalho docente é relevante, pois permite identificar as causas que levam os professores aos adoecimentos físicos e/ou psíquicos no exercício da função, além de compreender as estratégias de enfrentamento mobilizadas para manter esses profissionais no magistério, ainda que em funções divergentes.

O objetivo deste estudo é apresentar e discutir as pesquisas sobre o processo de readaptação funcional de professores da educação básica, considerando os fatores psicossociais de risco a que estão submetidos, com implicações na saúde mental, identidade e perspectivas de carreira. *

5

Os dados da rede municipal de Fortaleza exemplificam o aumento no número de professores readaptados em doze meses. Em março de 2023, a Secretaria Municipal de Educação (SME) contava com 11.561 professores, dos quais 962 estavam readaptados, representando 8,32% do total. Em março de 2024, após um concurso público, a rede passou a contar com 12.770 docentes, dos quais 1.071 foram readaptados, representando 9,52% do total, um crescimento de 1,2% em um ano, conforme dados do Instituto de Previdência do Município (IPM, 2024). De acordo com os relatórios do IPM (2023-2024), os transtornos mentais constituem a segunda maior causa de afastamentos, com a depressão e o transtorno de ansiedade entre as principais patologias.

O contexto educacional de Fortaleza demonstra o impacto social e financeiro que representa a readaptação de docentes. Além de aumentar os custos com a contratação de professores substitutos, há uma descontinuidade na carreira, o que resulta em crise de identidade profissional, favorece o adoecimento psíquico e contribui para a alta incidência de docentes readaptados na rede.

Portanto, compreender as implicações psicossociais enfrentadas pelos professores readaptados é crucial para desenvolver intervenções eficazes e políticas públicas que promovam a sua saúde e bem-estar.

MÉTODO

O estudo realizou uma revisão integrativa da literatura nacional e internacional com abordagem qualitativa. A pesquisa integrativa busca integrar, de forma crítica e sistemática, os conhecimentos de diferentes estudos sobre uma determinada área temática. Tenta consolidar as evidências existentes, integrar diferentes perspectivas e metodologias, para fornecer uma visão mais ampla sobre o tema investigado (Mendes *et al.*, 2008).

Dessa forma, buscou-se investigar os fatores psicossociais que levam os professores à readaptação funcional e as consequências de seu reingresso ao ambiente escolar. A investigação foi guiada pela pergunta norteadora: quais são as implicações na saúde mental, identidade profissional e perspectivas de carreira do professor readaptado ao reingressar no ambiente escolar? As produções bibliográficas foram selecionadas nas bases de dados da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), SciELO e Portal CAPES, a partir dos descritores combinados com os operadores booleanos “AND” e “OR”, utilizando as palavras-chaves dos artigos pesquisados: “professor readaptado” AND “saúde mental” OR “adoecimento psíquico docente” AND “readaptação funcional” OR “fatores psicossociais” AND “identidade docente”.

Inicialmente, foram identificados 72 artigos, 3 teses, 6 livros, 8 capítulos de livros e 5 resenhas, totalizando 94 produções acadêmicas. Após processo de seleção e análise dos estudos, com base nos critérios de elegibilidade, foram incluídos na revisão 16 artigos publicados em idioma português e inglês, no período de 2017 a 2025, sobre a categoria de professores readaptados da educação básica, com foco em saúde mental, identidade e perspectivas de carreira.

Critérios de inclusão e de exclusão



Os critérios de inclusão foram: a) artigos publicados em língua portuguesa e inglesa; b) publicações entre 2017 e 2025; c) estudos com temáticas pertinentes ao objetivo da revisão. Os critérios de exclusão adotados foram: a) livros, capítulos de livros, teses, dissertações, resenhas e anais de congressos; b) artigos publicados em período anterior a 2017; c) estudos que não se relacionam com o objetivo da pesquisa e não respondam à questão norteadora.

O recorte temporal escolhido foi motivado por mudanças nas políticas públicas, com destaque para a publicação da Lei Complementar Municipal n.º 0319, de 2021⁴, que regulamenta a readaptação de professores na rede pública municipal de Fortaleza (Fortaleza, 2021). Essa lei representa um marco para a categoria docente, pois garante a permanência dos direitos adquiridos, cria o cargo de professor readaptado na rede e estabelece critérios e prazos para que o profissional tenha seu direito garantido de forma definitiva (Lei n.º 0319/2021, art. 2º, §2º).

A readaptação representa a garantia de um direito concedido ao servidor que contraiu comorbidades físicas e/ou psíquicas no exercício da função, constituindo-se em uma alternativa que permite a permanência do trabalhador em seu ambiente laboral. Contudo, embora assegure a continuidade do vínculo profissional, o processo de readaptação muitas vezes ocorre sem o devido respaldo institucional, o que pode acentuar sentimentos de exclusão, inutilidade e desvalorização. A ausência de políticas públicas eficazes, aliada à precariedade das condições estruturais e à falta de acolhimento no espaço escolar, compromete a (re)inserção efetiva do professor, assim como sua saúde mental e identidade profissional. Nesse sentido, é fundamental compreender a readaptação não apenas como um ato administrativo, mas como um processo complexo que exige suporte psicossocial, formação continuada e reorganização das práticas

⁴ FORTALEZA. **Lei Complementar n.º 319, de 27 de dezembro de 2021.** Dispõe sobre a readaptação de titulares de cargo ou função de professor por incapacidade física ou mental, na forma que indica, e dá outras providências. Fortaleza, 2021. Disponível em: <https://leis municipais .com.br>. Acesso em: 10 nov. 2024.

pedagógicas, a fim de promover a dignidade, o bem-estar e a valorização do trabalhador da educação.

Coleta de dados

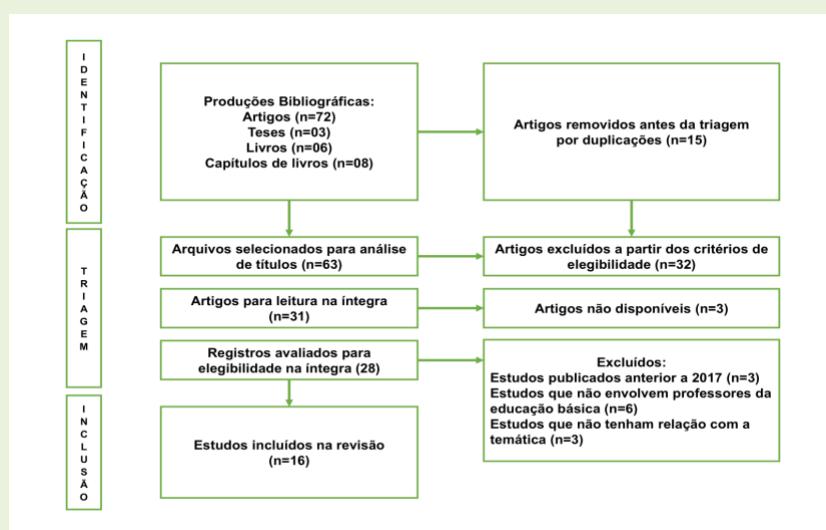
O processo de levantamento dos dados foi estruturado em três etapas, no período de 2024 e 2025 . A primeira envolveu a seleção de estudos com base na leitura dos títulos e resumos, considerando a conexão com o tema de pesquisa e os critérios de inclusão e exclusão.

A segunda consistiu em uma leitura, na íntegra, dos textos selecionados, sem a participação de avaliadores externos. Em seguida, os artigos que integraram o corpus foram organizados em uma planilha do Excel, contendo: títulos, autores, anos de publicação, objetivos, métodos, resultados e conclusões.

Por fim, a terceira etapa, que teve como propósito analisar e confrontar os dados para responder à pergunta norteadora do estudo. Para isso, utilizou-se os resultados e as discussões apresentadas pelos autores sobre o tema, permitindo uma análise criteriosa e detalhada de uma revisão integrativa (Mendes *et al.*, 2008).

8

FIGURA 1 – Fluxograma da seleção dos estudos



Fonte: as autoras/2025.

Análise os dados

A revisão integrativa teve como propósito analisar e sintetizar os resultados das pesquisas sobre a readaptação funcional e suas implicações

na saúde mental, identidade docente e perspectivas de carreira. O corpus final utilizou uma planilha do Excel, com destaque para a análise do conteúdo das publicações, que abrangem tópicos como periódicos, ano de publicação, autores, título, objetivo, método, resultados e conclusões.

A análise dos dados foi avaliada com base na Análise de Conteúdo de Bardin (1977), com a definição de quatro categorias principais que conduziram a pesquisa: 1) Fatores de risco psicossociais e adoecimento docente; 2) Crise de identidade e carreira profissional; 3) Readaptação funcional; 4) Políticas públicas e apoio institucional.

As categorias foram definidas com base na correlação dos dados expressos nos artigos, a partir de uma leitura flutuante (Bardin, 1977), para identificar os temas principais. Para responder à questão norteadora, a análise de conteúdo foi conduzida em duas fases: exploração do material e categorização, seguida da análise e interpretação dos resultados. Por fim, os resultados foram apresentados em um texto com destaque para explorar as categorias e responder à questão norteadora.

9

RESULTADOS/ DISCUSSÕES

O corpus final analisou 16 artigos de revistas nacionais e internacionais, escritos em português e inglês, com prevalência de publicações entre 2017 e 2025, nas bases de dados da BVS, SciElo e Portal Capes, utilizando descritores relacionados à saúde-doença na categoria de professores da educação básica, com implicações na identidade e perspectivas de carreira. Os estudos contemplaram autores brasileiros e peruanos, abordando realidades de alguns municípios brasileiros, além de países da América Latina, América do Norte e Europa.

Os resultados da pesquisa evidenciam a relevância dos fatores psicossociais de risco e danos causados pelas precárias condições de trabalho, estilos de gestão organizacional e relações socioprofissionais. Os fatores psicossociais foram abordados em 60% dos artigos; a necessidade de apoio institucional, com a criação de programas de saúde e reintegração profissional, foi pontuada em 40%; a relevância da clínica do trabalho para o reposicionamento do professor readaptado foi destacado em 33% dos

estudos; e a perspectiva de carreira na categoria de docentes readaptado foi identificada em 20% dos artigos.

A abordagem teórica de maior destaque foi a PDT, com 53% dos artigos, seguida da Psicologia Histórico-Cultural e *Grounded Theory*, na perspectiva construcionista. Predominaram estudos de abordagem qualitativa, com 93%, sendo que 21,42% utilizaram pesquisas bibliográficas. Os instrumentos de coleta incluíram entrevistas semiestruturadas, questionários online pelo Google Forms, sessões em clínicas do trabalho e dinâmica de grupo da Fita de Moebius, com abordagem da PDT.

A PDT, abordagem teórica predominante nos estudos, traduz a relação das vivências de prazer e sofrimento no trabalho de professores antes, durante e após processo de readaptação. Para enfrentar os desafios da precarização nas condições de trabalho, estilos de gestão e relações interpessoais, a PDT indica a mobilização subjetiva e clínica do trabalho como espaço de fala e discussões sobre as causas que levam os docentes ao adoecimento.

O trabalho pode tanto contribuir para o prazer e desenvolvimento quanto gerar sofrimento e descompensação. No mesmo contexto de trabalho, alguns adoecem e outros não, a depender dos estilos de gestão, da organização do trabalho e da estrutura de personalidade. A forma como o sujeito interage com o mundo e descarrega suas energias psíquicas pode influenciar na resistência aos riscos psicossociais (Feltrim e Silva, 2020).

De acordo com a PDT, o sofrimento pode ter dois destinos: criativo ou patogênico. O primeiro é expresso quando o trabalhador tem uma margem de autonomia e pode utilizar a sua subjetividade, inteligência prática e criatividade, permitindo reconhecimento e fortalecimento da identidade. O segundo, por outro lado, emerge quando o profissional está impedido de mobilizar sua subjetividade, inteligência prática e criatividade, ampliando o distanciamento entre o trabalho prescrito e o real. Para minimizar o sofrimento e manter a percepção de normalidade, ele utiliza estratégias defensivas individuais e coletivas. “A normalidade é, então, fruto de uma luta entre as imposições do trabalho e o risco de “desequilíbrio psíquico e somático” (Silva; Piolli, 2017, p.54).

No caso dos professores readaptados, a ausência de sentido deve-se à falta de prescrições, continuidade e reconhecimento quando retornam ao contexto de trabalho. Negar o sofrimento pode gerar mais aflição frente ao desânimo que invade o indivíduo. Os estudos de Amaral (2020) apontam que o assédio moral se faz presente na categoria de professores readaptados, quando são classificados de “improdutivos, não confiáveis e indesejáveis” (p. 167), refletindo uma cultura de indiferença e intolerância com o sofrimento do outro, provoca mal-estar e gera angústia no trabalho.

Amaral, Mendes e Facas (2019) destacam os prejuízos resultantes da falta de sentido, criatividade, afeto e subjetividade de trabalhos repetitivos, exaustivos e sem continuidade, denominado pelos autores de “trabalho morto” (p. 12), categoria que impede a mobilização subjetiva dos professores readaptados, restando-lhes apenas o uso de estratégias defensivas. Esses autores foram os únicos a questionar a eficácia da mobilização subjetiva entre professores readaptados, argumentando que o “trabalho morto” (p.12), sem sentido e significado, não oferece condições para a criatividade e subjetividade.

Nesse contexto, a clínica do trabalho surge como um espaço de fala e reflexão, onde os professores podem expressar suas angústias e buscar um “reposicionamento subjetivo”, ou seja, uma consciência sobre as causas que os levaram à sua condição laboral, ressignificando sua relação com o trabalho, além de possibilitar a reconstrução de suas vidas (Schmidt et al., 2020; Schmidt et al., 2021; Amaral; Mendes; Facas, 2019; Amaral, 2020).

O protagonismo docente é suprimido pelo adoecimento. Os estudos de Schmidt et al. (2021), Schmidt et al. (2020), Amaral (2020), Amaral, Mendes e Facas (2019) e Facci, Urt e Barros (2018) ressaltam a importância da clínica do trabalho como “potência política” (Amaral; Mendes; Facas, 2019, p.14) para restabelecer e ressignificar a atuação dos professores readaptados no ambiente escolar. Esses autores chamam atenção para a dupla perda enfrentada pelos professores readaptados: a interrupção da interação com os alunos no processo de ensino-aprendizagem e ruptura dos laços sociais

com seus pares, o que desconstrói sua identidade e nega o reconhecimento profissional.

Sem espaço para a mobilização subjetiva, a transformação do sofrimento em prazer é comprometida, afetando a saúde mental, a identidade profissional e as perspectivas de carreira docente. O retorno ao trabalho após o afastamento é desafiador, pois a gestão escolar não oferece diretrizes claras, as condições desfavoráveis persistem e não há políticas de reintegração profissional (Oliveira; Schmidt, 2023).

12

QUADRO 1 – Consolidado dos Artigos (2017 a 2025)**(continua)**

Título/Ano	Objetivo	Método	Resultados	Conclusões
1. Programas de retorno ao trabalho após afastamentos por transtornos mentais: uma revisão de literatura (2018).	Revisão bibliográfica entre 2000 a 2018 sobre retorno ao trabalho após afastamento por Transtornos Mentais.	Pesquisa bibliográfica.	O apoio dos colegas e chefias representa fator positivo no retorno dos trabalhadores ao trabalho.	Desenvolver plano de apoio assistencial ao trabalhador quando retorna ao trabalho.
2. Vivência do afastamento, readaptação profissional e retorno entre professores estaduais (2023).	Identificar causas do afastamento, retorno ao trabalho e o processo de readaptação.	Entrevista semiestruturada / PDT	Os dados revelam a ambivalência entre prazer e sofrimento no trabalho: afastamento, readaptação e retorno.	Há necessidade de apoio social para ressignificar o trabalho e minimizar o sofrimento.

QUADRO 1 – Consolidado dos Artigos (2017 a 2025)**(continuação)**

3. A construção da fita de Moebius: repercussões com professores readaptados (2021).	Psicologia do Trabalho em articulação com a clínica para promover a saúde do trabalhador.	Dinâmica de grupo “Fita de Moebius”/PD T.	Adoecimentos e perda identitária decorrentes do processo de readaptação funcional.	Clínica do trabalho para que os PR possam tornar-se protagonistas na reconstrução de sua vida
--	---	---	--	---

				social e profissional.
4. Readaptação do docente ao trabalho: a experiência de professores de uma escola pública de Maringá-PR (2020).	Analizar a (re)construção do sentido do trabalho para PR e verificar sua eficácia na saúde do trabalhador.	Entrevistas semiestrutura das com foco na análise de núcleos de sentido/PDT.	O processo de readaptação revela dificuldades na relação entre a organização de trabalho (gestão) e o trabalhador.	Há a necessidade no cumprimento da legislação para considerar as limitações e possibilidades dos PR.
5. Fatores de riscos psicossociais no trabalho: implicações para uma abordagem integral de saúde mental relacionada ao trabalho (2020).	Fatores de risco psicossociais no trabalho (FRP) com reflexões sobre a saúde mental dos trabalhadores.	Levantamento bibliográfico e análise documental.	Discussão crítica sobre as avaliações psicossociais no Brasil serem limitadas a instrumentos quantitativos.	Compreender o adoecimento dos trabalhadores considerando os aspectos: políticos, econômicos, sociais e culturais e ambientais.
6. Clínica do trabalho com professores readaptados na abordagem da Psicodinâmica do Trabalho (2020).	Desenvolver um espaço grupal de escuta e fala para os professores readaptados.	Sessões de clínica pelo Núcleo de Atenção à saúde do trabalhador – UNESP-SP/PDT.	Espaço grupal tem-se revelado um local de acolhimento diante da sensação de desamparo, frustrações e solidão.	A clínica possibilita ressignificar as fragilidades e fortalecer a identidade profissional do PR.
7. Sofrimento no “trabalho” de professoras readaptadas: da docência ao trabalho morto na readaptação (2020).	Compreender as implicações das realidades do trabalho do PR no Distrito Federal (DF) antes e depois da readaptação.	Clínica do trabalho/PDT.	O adoecimento dos PR advém dos danos físicos e psíquicos com perdas das capacidades laborais afetando a sua vida pessoal.	O PR realiza um trabalho morto, sem sentimento, criatividade e subjetividade. A clínica é potência política por possibilitar o repositionamento subjetivo do PR.

13

QUADRO 1 – Consolidado dos Artigos (2017 a 2025)**(continuação)**

8. Readaptação funcional: uma voz silenciada no canto da escola (2019).	Processo de readaptação funcional vivenciado pelos professores de Banabuiú -CE	Entrevistas semiestrutura das Psicologia Social do Trabalho.	A readaptação se efetiva em ambiente precarizado, acompanhada por sentimento de	O trabalho deixa de ser estruturante para torna-se fonte de sofrimento e adoecimento.
---	--	--	---	---

	e os impactos na vida dos trabalhadores.		insegurança e desmotivação.	Necessidade de políticas públicas de reintegração profissional.
9. Vivência de prazer e sofrimento no trabalho para servidores municipais readaptados (2023).	Analizar as vivências de prazer e sofrimento no trabalho.	Entrevistas semiestrutura das PDT.	O afastamento permite restabelecer a saúde do trabalhador. As vivências de prazer e sofrimento na readaptação.	A readaptação foi positiva por possibilitar a reinserção adequada aos trabalhadores no trabalho.
10. Professor readaptado: a precarização do trabalho docente e o adoecimento (2018).	Discutir a relação entre precarização do trabalho e adoecimento do professor readaptado.	Psicologia Histórico-Cultural. Entrevistas semiestrutura das.	Ruptura de sentido e significado na prática profissional do professor, promovendo o adoecimento.	Trabalhar a favor da emancipação do professor para desenvolver suas potencialidades.
11. (Im)possibilidade de mobilização subjetiva na clínica das patologias do trabalho: o caso das professoras readaptadas (2019).	Problematizar o conceito dejuriano de mobilização subjetiva em contexto de professores readaptados no DF.	PDT 22 Sessões da clínica do trabalho, diário de campo, memorial e registros das supervisões.	Trabalho readaptado é considerado morto, sem sentido e significado.	Demonstrar a potência política da clínica do trabalho.
12. Vivências, condições de trabalho e processos de saúde-doença: retratos da realidade docente (2021).	Compreender os processos de adoecimento dos professores de escolas públicas da cidade de Montes Claros-MG.	Interacionismo simbólico, método Grounded Theory. Entrevista semiestrutura da.	O processo de análise produziu codificações que resultaram em sete categorias axiais.	O adoecimento docente envolve processos e causas multifatoriais.

14
QUADRO 1 – Consolidado dos Artigos (2017 a 2025)
(conclusão)

13. Estresse do professor e fatores psicosociais em professores da América Latina,	Verificar a relação do estresse com os fatores psicosociais (FP) de professores da	Escala de estresse do professor (ED-6) e Questionário de Fatores Psicosociais	Correlação significativa entre o estresse docente e os fatores psicosociais.	O nível de estresse se expressa pela ansiedade, depressão e crenças desadaptativas que se
--	--	---	--	---

América do Norte e Europa (2019).	América Latina, América do Norte e Europa.	no Trabalho Acadêmico (FPSIS).		correlacionam com os fatores psicossociais.
14. A prevalência de afastamentos por transtornos mentais e do comportamento relacionado ao trabalho em professores (2019).	Identificar a prevalência dos afastamentos dos professores por TMCR no trabalho.	Estudo descritivo com dados secundários. Pesquisa documental em escolas públicas de Porto Alegre - Rio Grande do Sul.	Os TMCT indicam um quadro grave de adoecimentos em professores.	Necessidade de um projeto nacional de saúde do educador alinhado com as políticas públicas intersetoriais de trabalho, saúde e assistência.
15. A centralidade do trabalho na Psicodinâmica do Trabalho de Christophe Dejours, o campo educacional e o trabalho docente: aproximações possíveis (2017).	Contribuições de Dejours na questão da centralidade do trabalho em uma conjuntura marcada por avanços tecnológicos e científicos.	Pesquisas e contribuições de Dejours sobre a centralidade do trabalho/PDT.	Identifica o papel do trabalho na construção da identidade, nas relações de gênero e na construção da vida em sociedade.	Influência da política neoliberal nos modelos de gestão. Importância dos espaços de discussão nos contextos laborais para enfrentar a banalização e a injustiça social.
16. Carreira Docente na Educação Básica de MG - Plano Estadual, Reestruturação e Implicações na Valorização do Magistério: O Caso Espinosa, entre 2015-2023. (2025)	Compreender os contributos e limites do Plano de Carreira dos Profissionais da Educação Básica da Rede Pública Estadual de Minas Gerais	Estudo de caso, de abordagem mista, fundamentado em pesquisa documental, bibliográfica e de campo	Descontentamento dos sujeitos da pesquisa com o Plano de Carreira que não satisfaz as necessidades da categoria com relação aos salários, condições de trabalho e aperfeiçoamento e de evolução na carreira	O Plano de Carreira não contempla a valorização social, financeira e profissional dos professores

Fonte: as autoras/2025.

15

Categorias de análise da questão norteadora

1) Fatores de risco psicossociais e adoecimento docente

Os fatores psicossociais são definidos como dispositivos psicológicos e fisiológicos que atuam como estressores, resultantes da incompatibilidade entre as demandas e os recursos disponíveis no ambiente de trabalho, afetando a saúde física e psíquica dos trabalhadores (Alvites-Huamaní, 2019).

No contexto docente, condições precárias de trabalho, relações

socioprofissionais conflituosas e a falta de reconhecimento afetam diretamente o bem-estar dos professores. A valorização profissional está vinculada à existência de um Plano de Carreira que conte com a formação continuada, condições de trabalho adequadas, remuneração digna e possibilidades de progressão na carreira (Cruz & Cecílio, 2025).

Esses fatores estão associados ao aumento de casos de ansiedade, depressão e estresse ocupacional, além de problemas físicos, como doenças osteomusculares, e danos sociais, que prejudicam as relações interpessoais (Cunha, et al., 2021). Os fatores psicossociais de risco foram abordados em quatro artigos (Pereira et al., 2020; Alvites-Huamaní, 2019; Carlotto et al., 2019; Cunha et al., 2021), confirmando a prevalência positiva entre os fatores psicossociais e o adoecimento docente.

Os principais fatores psicossociais de risco relatados incluem: precarização das condições de trabalho, violência escolar, turmas lotadas, estilos de gestão inadequados, sobrecarga de trabalho, múltiplas tarefas, baixos salários, falta de interesse dos alunos, ausência de envolvimento familiar, política de resultados e desvalorização profissional. Para os professores readaptados, os desafios são exacerbados por situações de discriminação, estigmatização, desconfiança, exclusão, isolamento, frustração e mal-estar.

Esses docentes são vistos como improdutivos, indesejáveis e desacreditados no ambiente escolar, o que gera sentimentos de angústia, desamparo, insegurança e desmotivação, contribuindo para adoecimentos físicos, biológicos, transtornos mentais e comportamentais relacionados ao trabalho (Cunha et al., 2021; Alvites-Huamaní, 2019; Carlotto et al., 2019). No Brasil, o Ministério da Previdência Social indica que os transtornos mentais e comportamentais são a terceira maior causa de afastamentos do trabalho, com um aumento de 38% a mais em 2023, em comparação com o ano anterior.

Em 1993, a Organização Mundial da Saúde (OMS) publicou o Código Internacional de Doenças (CID) com referência específica para os Transtornos Mentais e Comportamentais (TMC), que abrange uma gama de condições relacionadas ao sofrimento psíquico, como transtornos de humor,

bipolaridade, depressão; transtornos neuróticos ligados ao estresse e smartphones, incluindo fobias, pânico, obsessão, compulsão, estresse grave, transtornos de ansiedade, transtornos alimentares, distúrbios do sono, disfunções sexuais e abuso de substâncias que não causam dependência (Pettoruti; Faiman, 2018). Esses transtornos psíquicos podem levar os professores à readaptação funcional. Contudo, ao retornar ao trabalho, às condições adversas do ambiente organizacional e estilos de gestão podem agravar esses processos.

O estresse ocupacional, um dos principais fatores para o adoecimento psíquico dos trabalhadores, é definido como uma ocorrência “fisiológica, emocional e comportamental que leva a uma perda de motivação e desperta sentimentos de inadequação e fracasso do trabalhador”, afetando sua saúde mental (Alvites-Huamani, 2019, p. 163). No caso dos professores, além de lidarem com o estresse e o desgaste físico e emocional do trabalho, precisam também enfrentar a desvalorização da profissão e a falta de reconhecimento, o que resulta em frustrações, desencantos e angústias (Cunha et al., 2021), com implicações na sua qualidade de vida.

Os danos físicos, psíquicos e sociais, associados aos transtornos mentais e comportamentais relacionados ao trabalho (TCMRT), são frequentemente encontrados entre os professores, especialmente aqueles que passam pela readaptação funcional. De acordo com os estudos de Amaral, Mendes e Facas (2019), as patologias mais comuns incluem depressão, síndrome do pânico, transtornos de ansiedade, bipolaridade, estresse grave, psicoses e neuroses, além de problemas físicos, como fibromialgia, bursite, tendinite, problemas na coluna, calos nas cordas vocais, cirurgias no joelho e AVC.

Quando os adoecimentos são de natureza psíquica, a invisibilidade das patologias alimenta uma atmosfera de desconfiança entre os profissionais da educação. Aqueles que estão em atividade regular, questionam a legitimidade dos diagnósticos médicos que determinam a readaptação funcional de seus pares. Esse ceticismo gera desconfiança e desentendimentos no ambiente de trabalho, pois muitos não aceitam que os benefícios sejam de igual partilha entre professores ativos e readaptados.

Essa desconfiança por parte dos pares intensifica o sofrimento dos professores readaptados, levando-os a uma crise de identidade social e profissional. Os efeitos psicológicos do adoecimento prejudicam sua reintegração no ambiente escolar e sua autoestima profissional. Estudos de Carlotto *et al.* (2019) e Amaral (2020) destacam que essa situação de exclusão e desconfiança dificulta o processo de adaptação e a retomada de uma trajetória profissional saudável para os professores readaptados, criando um ciclo de desvalorização da categoria.

A pesquisa de Farias e Miguel (2019) sublinha que adoecer não é uma escolha, mas uma condição de vulnerabilidade que impacta profundamente a identidade social e profissional do trabalhador. A perda do equilíbrio entre a exigência do trabalho e os recursos disponíveis é um dos principais fatores que levam ao sofrimento psíquico, conforme aponta Schmidt *et al.* (2020), que afirmam que “a doença surge quando se rompe o equilíbrio e o sofrimento não é mais suportável” (p. 25). Assim, a compreensão dos fatores psicossociais no ambiente de trabalho é fundamental para o desenvolvimento de estratégias que promovam a saúde mental e a qualidade de vida dos trabalhadores.

2) Crise de identidade e carreira profissional

O trabalho, enquanto elemento essencial na vida das pessoas, não oferece apenas condições para a sobrevivência, mas também contribui para a socialização, construção da identidade social e profissional e auto realização. No entanto, esses benefícios são vinculados às metas e propósitos da organização onde o trabalhador está inserido. Como afirmam Feltrim e Silva (2020), o trabalho “determina a identidade e o status pessoal” e “conduz a realização de uma atividade” (p.14). Quando essa atividade é interrompida, seja por afastamento devido a adoecimento ou aposentadoria por invalidez, há uma ruptura profunda na identidade social e profissional, que pode gerar sérios impactos psíquicos, como a descompensação (Feltrim e Silva, 2020).

Para os professores readaptados, as perspectivas de carreira tornam-se marcadas pela frustração e desgaste, principalmente quando retornam ao trabalho e encontram um ambiente hostil, que os rejeita, não entende seus

limites e restrições laborais. Nesse processo de readaptação, o docente perde não apenas sua identidade profissional, mas também seu lugar social, que foi conquistado ao longo da carreira, legitimado e reconhecido pela sua história e pelo seu trabalho (Schmidt et al., 2021). A falta de pertencimento, muitas vezes promovida pela exclusão e desvalorização do professor readaptado, gera uma crise de identidade, que afeta ainda mais a sua saúde mental.

O retorno do professor ao contexto escolar após afastamento, seja por razões de saúde física ou psíquica, é condicionado à sua capacidade de desempenho, considerando suas limitações impostas pela sua condição de saúde. A gestão escolar, embora deva seguir as diretrizes da legislação sobre os direitos e condições dos professores readaptados, muitas vezes segue com vistas a suprir carências em setores específicos para resolver as necessidades urgentes da escola. Essa situação pode intensificar o medo e a angústia do professor ao perceber a negação de seu protagonismo no contexto escolar (Oliveira; Schmidt, 2023). Em algumas situações, os professores readaptados assumem tarefas sem sentido, sem continuidade e desalinhadas das competências pedagógicas, contrariando as normas previstas para garantir a dignidade e os direitos do docente.

O reconhecimento é um fator fundamental que atribui sentido ao sofrimento, aos esforços e às decepções enfrentadas ao longo do percurso profissional. Quando o trabalhador se sente valorizado, seu sofrimento é compensado, e ele é capaz de重构 sua identidade social e profissional. A reconstrução da identidade na concepção da PDT ocorre por meio da dinâmica contribuição-retribuição simbólica, em que o trabalhador é reconhecido pela sua contribuição e engajamento no trabalho.

O reconhecimento se apresenta sob dois vieses, o reconhecimento da hierarquia, pela utilidade técnica, social e econômica do trabalho, e pelos pares, pela originalidade, beleza e inovação no trabalho. Ambos fortalecem a identidade social e profissional e preservam a saúde psíquica do trabalhador (Oliveira; Schmidt, 2023).

O conflito de identidade ocorre quando o professor percebe que não pertence mais à categoria de docentes ativos, pois está afastado do processo

de ensino e aprendizagem, o que promove uma ausência de sentido no trabalho. A falta de identificação com a docência surge da ausência de pertencimento, associada ao não reconhecimento das suas novas funções. Isso faz com que o docente perceba um vácuo de sentido e significado na profissão, principalmente no retorno ao contexto escolar após processo de readaptação (Schmidt et al., 2021; Facci; Urt; Barros, 2018).

3) Readaptação funcional

A readaptação funcional é um dispositivo jurídico, utilizado para assegurar os direitos previdenciários e estatutários dos servidores públicos, determinada pela Lei Federal n.º 8.112/1990. O Artigo 24 ressalta que o servidor deve ser realocado em um cargo compatível com a sua limitação de capacidade física e mental, verificada por inspeção médica. O parágrafo 2º da Lei n.º 9.527/1997, que altera a anterior, estabelece o respeito, a habilitação, o nível de escolaridade e a equivalência de vencimentos para resguardar os direitos do profissional readaptado.

A condição para que o professor readaptado tenha acesso aos direitos sociais passa pela comprovação da sua "incapacidade, fragilidade e improdutividade" (Oliveira; Schmidt, 2023, p.14), validada por uma junta médica que analisa suas condições de saúde, com possibilidade de retorno à sala de aula, à readaptação funcional definitiva e/ou temporária ou a aposentadoria por invalidez. Esse processo de readaptação busca equilibrar os direitos do servidor com as necessidades da Administração Pública, promovendo a inclusão de trabalhadores com limitações, sem comprometer a qualidade do trabalho desempenhado. No entanto, a complexidade do processo e a avaliação da "incapacidade" podem gerar desafios para a categoria, com sérios agravos à sua saúde mental e identidade profissional.

O professor readaptado é afastado da sala de aula, mas continua a desempenhar diversas funções de apoio à gestão no ambiente escolar, que nem sempre se configuram como atividade, pela ausência de significado social inerente ao trabalho docente, que seria o ensino (Facci; Urt; Barros, 2018). A atividade, de acordo com Leontiev (1978), é caracterizada pela necessidade, pelo motivo e pela ação. O motivo impulsiona a ação,

direcionando-a para a satisfação das necessidades (Facci; Urt; Barros, 2018).

O professor readaptado é um profissional adoecido, sem representatividade e sem voz, encontra-se em situação de invisibilidade, realizando funções sem prescrições, sem continuidade, repetitivas, sem sentido e sem significado. A ruptura com a sua identidade profissional, a discriminação decorrente da sua condição laboral, alinhadas à subutilização no ambiente escolar, contribuem para a mortificação do trabalho na readaptação (Amaral, 2020). As estratégias defensivas de isolamento, negação, racionalização e automedicação são utilizadas como mecanismos de defesa para permanecerem e serem aceitos no contexto de trabalho (Amaral, 2020).

A dimensão individualizada da readaptação dificulta a problematização das questões sociais e institucionais do adoecimento docente, desconsiderando os fatores de ordem social e econômica. Essa visão é influenciada pela lógica neoliberal, que ainda tende a culpabilizar o profissional pelo seu adoecimento (Amaral; Mendes; Facas, 2019; Facci; Urt; Barros, 2018).

A readaptação é considerada como “uma promessa que não se cumpre” (Amaral, 2020, p. 167), pois, ao iniciar o processo, os professores tendem a acreditar que seus problemas de saúde física e psíquica serão resolvidos. Não obstante, o dispositivo jurídico não consegue dar conta da complexidade dos fatores psicossociais de risco e dos danos associados aos contextos de trabalho e às relações socioprofissionais. Repositionar o servidor e atribuir-lhe novas funções, sem considerar suas potencialidades, habilidades e opiniões, não garante o seu bem-estar (Amaral; Mendes; Facas, 2019). Estudos de Feltrim e Silva (2020) e Amaral, Mendes e Facas (2019) indicam que a readaptação funcional não está cumprindo sua função de promover a qualidade de vida e a saúde psíquica dos professores. A ideologia de excelência vigente exclui e descarta aqueles que não se ajustam aos padrões estabelecidos. Os docentes readaptados exemplificam a exclusão e o descarte pela inadequação aos preceitos de qualidade difundidos pelo sistema capitalista de política neoliberal.

4) Políticas públicas e apoio institucional

A perspectiva de carreira profissional no processo de readaptação é abordada em três artigos: Schmidt *et al.* (2023), Schmidt *et al.* (2020) e Pettoruti e Faiman (2018). Todos discutem as dificuldades enfrentadas pelos professores readaptados ao retornarem ao ambiente escolar, destacando os principais desafios: a falta de um programa de reintegração profissional que acolha, escute e oriente os docentes nessa condição; a consciência da perda da identidade social e profissional; além dos preconceitos e estigmas depreciativos que geram sentimentos de inutilidade, invisibilidade, desamparo, angústia e frustração.

As pesquisas revelam a carência de políticas públicas voltadas para a promoção da saúde dos educadores, bem como a ausência de programas de reintegração profissional para os professores readaptados ao assumirem novas funções no ambiente escolar. Além disso, a falta de apoio institucional durante o processo de readaptação pode comprometer tanto a saúde quanto a qualidade de vida dos professores (Carlotto *et al.*, 2019; Cunha *et al.*, 2021; Pettoruti; Faiman, 2018; Schmidt; Oliveira, 2023; Farias; Miguel, 2019).

Promover programas de reinserção profissional para os docentes readaptados permite ressignificar sua identidade profissional, fortalecer a esperança e o desejo de continuar sua trajetória laboral, além de preservar a saúde psíquica. Não obstante, o adoecimento expõe um sistema educacional excludente e discriminatório, que silencia as vozes daqueles considerados inaptos ou inadequados para a reprodução das ideologias dominantes da sociedade neoliberal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa respondeu à questão norteadora ao confirmar a relação positiva entre os fatores psicossociais e o adoecimento mental dos professores readaptados, destacando a precarização das condições de trabalho e a crise de identidade e os estilos de gestão da organização de trabalho como fatores centrais que impactam a saúde mental dos docentes.



A cobrança por resultados nas avaliações externas foi indicada como a principal causa dos adoecimentos psíquicos, em resposta às demandas das políticas educacionais de vertentes neoliberais. O discurso de excelência e plenitude exige que todos sejam aptos para atender prontamente às exigências impostas, promovendo um incentivo à concorrência, à competição e ao individualismo. Esses fatores excluem do coletivo de trabalhadores a cooperação, a solidariedade e a confiança, valores fundamentais ao ato de trabalhar, que preza pela dignidade e reconhecimento do trabalhador.

Os professores readaptados formam uma classe de profissionais adoecidos, sem voz e sem vez, relegados ao isolamento, à invisibilidade e à negação, sustentados por sentimentos de inutilidade, insegurança, desamparo e desmotivação. Diante dessa realidade, evidenciam-se danos físicos, psíquicos e sociais, com destaque para o estresse, manifestado por ansiedade e depressão, patologias de maior repercussão dos profissionais readaptados. A readaptação leva a uma dupla perda: a interação com os estudantes na dinâmica do ensino, o que afeta o sentido do trabalho, e a falta de pertencimento no convívio com os pares, prejudicando a sua identidade social e profissional.

Os estudos revelam a necessidade de implantar um programa de promoção à saúde do educador, alinhado às políticas públicas intersetoriais de assistência e saúde, além de um programa de reintegração profissional, que acolha e direcione os professores em suas novas funções ao retornarem ao ambiente escolar, permitindo seu reposicionamento subjetivo na carreira profissional e o seu bem-estar.

O estudo contém algumas lacunas, como ausência de produções acadêmicas nos últimos três anos (2022, 2023 e 2024), a falta de dados estatísticos sobre o número de professores readaptados no Brasil e o desconhecimento sobre a existência de algum estado ou município que ofereça, de forma concreta, um plano de reintegração profissional para os docentes readaptados.

Isso evidencia a necessidade de um aprofundamento maior sobre o tema, incluindo pesquisas em teses, dissertações, capítulos de livros e produções em outros idiomas, adicionadas a estudos empíricos com abordagens metodológicas diversificadas. Essas iniciativas propõem ampliar o conhecimento e oferecer uma visão crítica da literatura existente, contemplando realidades fora do contexto brasileiro.

REFERÊNCIAS

ALKIMIM, R.C.; CECÍLIO, S. Carreira Docente na Educação Básica de MG - Plano Estadual, Reestruturação e Implicações na Valorização do magistério: O caso de Espinosa, entre 2015 e 2023. **Revista Exitus**, v.15, 2025.

ALVITES-HUAMANÍ, C. G. Estresse do professor e fatores psicossociais em professores da América Latina, América do Norte e Europa. **Propósitos Y Representaciones Ste**, v. 7, n. 3, dez. 2019. DOI:

<https://dx.doi.org/10.20511/pyr2019.v7.n3.393>

AMARAL, G. A. Sofrimento no “trabalho” de professoras readaptadas: da docência ao trabalho morto da readaptação. **FAROL Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade**, v. 7, n. 18, jul. 2020. Disponível em: <https://revistas.face.ufmg.br/index.phd>. Acesso em: 10 nov. 2024.

24

AMARAL, G.A.; MENDES, A. M.; FACAS, E. P. (Im)possibilidade de mobilização subjetiva na clínica das patologias do trabalho: o caso das professoras readaptadas. **Revista Subjetividades**, v.19, n. 2, 2019.

ANTUNES, R. A centralidade do trabalho hoje. **Revista Sociedade e Estado**, XI, 2, n.1, dezembro, 1996.

ANTUNES, R. Os sentidos do trabalho. Boitempo, 2009.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa eduções, 70, 1977.

BRASIL. **Lei n. 8.112, de dezembro de 1990**. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Brasília, 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis. Acesso em: 10 nov. 2024.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. (1996). Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: MEC, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis. Acesso em: 10 nov. 2024.

BRASIL. **Lei n. 9.527, de 10 de dezembro de 1997**. Altera dispositivos das Leis n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, 8.460, de 17 de setembro de 1992, e 2.180, de 5 de fevereiro de 1954, e dá outras providências. Brasília, 1997. Disponível em: <https://legislacao.gov.br/atos?tipo=LEI>. Acesso em: 10 nov. 2024.

CARLOTTO, M. S.; CÂMARA, S. G.; BATISTA, J. V.; SCHNEIDER, G. A. A prevalência de afastamentos por transtornos mentais e do comportamento relacionados ao trabalho em professores. **Psi Unisc**, v. 3, n.1, 2019.

CUNHA, S. D. M.; SOBRINHO, J. A.; SILVEIRA, A. R.; SAMPAIO, C. A. Vivências, condições de trabalho e processo saúde-doença: Retratos da realidade docente. **SciElo Preprints**, 2021.

DEJOURS, C. Trabajo y desgaste mental. Una contribución a la Psicopatología del Trabajo. **Editorial Hvmanitas**, 1992.

DEJOURS, C. **Conferências brasileiras**: identidade, reconhecimento e transgressão no trabalho. Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, 1999.

DEJOURS, C. Subjetividade, trabalho e ação. **Production**, v. 14, 2004.

DEJOURS, C. Entre sofrimento e reapropriação: o sentido do trabalho. In: ATHAYDE, M. **Christophe Dejours**: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, v. 3, 2011.

25

FACCI, M. G. D.; URT, S. C.; Barros, A. T. F. Professor readaptado: a precarização do trabalho docente e o adoecimento. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 22, n. 2, ago. 2018.

FARIAS, J. V.; MIGUEL, J. R. Readaptação Funcional: Uma voz silenciada no canto da Escola. **Id on Line Revista Multidisciplinar e de Psicologia**, v.13, n. 44, 2019.

FELTRIM, M. P. M.; SILVA, G. E. Readaptação do docente ao trabalho: a experiência de professores de uma escola pública de Maringá- PR. **Conversas em Psicologia**, v.1, n. 2, 2020.

FORTALEZA. **Lei Complementar n.º 319, de 27 de dezembro de 2021**. Dispõe sobre a readaptação de titulares de cargo ou função de professor por incapacidade física ou mental, na forma que indica, e dá outras providências. Fortaleza, 2021. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br>. Acesso em: 10 nov. 2024.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA. Prefeitura Municipal de Fortaleza. **Relatório anual 2023**. Fortaleza, IPM, 2023.

LEONTIEV, A. N. **Atividade. Consciência. Personalidade**. Buenos Aires: Ciencias del Hombre, 1978.

MENDES, K. D. S.; SILVEIRA, R. C. D. C. P.; Galvão, C. M. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto & contexto-enfermagem**, v. 17, p. 758-764, 2008.

OLIVEIRA, H. C. L.; SCHMIDT M. L. G. Vivência do afastamento, readaptação profissional e retorno ao trabalho entre professores estaduais. **Revista do Centro de Educação UFSM**, v. 48, 2023.



ISSN 2237-9460

PEREIRA, A. C. L.; SOUZA, H. A.; LUCCA, S. R.; IGUTI, A. M. Fatores de riscos psicossociais no trabalho: limitações para uma abordagem integral da saúde mental relacionada ao trabalho. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, 2020.

PETTORUTI, L. I.; FAIMAN, C. J. S. Programas de Retorno ao Trabalho após afastamentos por transtornos mentais: uma revisão de literatura. **Revista Saúde, Ética & Justiça**, v. 23, n. 2, 2018.

SCHMIDT, M. L. et al. Clínica do trabalho com professores readaptados na abordagem da psicodinâmica do trabalho. **Psicologia, Saúde e Doenças**, v. 21, n. 1, 2020.

SCHMIDT, M. L. G. et al. A construção da fita de Moebius: repercussões com professores readaptados. **Revista Trabalho (En) Cena**, v. 6, 2021.

SILVA, A. V.; PIOLLI, E. A centralidade do trabalho na psicodinâmica de Christophe Dejours, o campo educacional e o trabalho docente: aproximações possíveis. **Devir e Educação**, v.1, n.1, 2017.

Recebido em: 16 de maio de 2025.

Aprovado em: 25 de novembro de 2025.

Publicado em: 10 de dezembro de 2025.



26